

I Jornadas Internacionales de Investigación y Debate Político

(VII Jornadas de Investigación Histórico Social)

“Proletarios del mundo, uníos”

Buenos Aires, del 30/10 al 1/11 de 2008

Capitalismo: crise terminal ou não terminal?

Guilherme Vieira Dias¹

José Glauco Ribeiro Tostes²

Resumo

Mészáros e Wallerstein afirmam que o sistema capitalista entrou em crise terminal. Examinaremos brevemente seus respectivos argumentos em defesa dessa afirmação, o que por sua vez demandará uma anterior e breve resenha das suas respectivas teorias sistêmicas sobre o capitalismo e o lugar especial que nelas ocupa o período que assinalaria o início de tal crise: fim dos anos 60/início dos 70. Em seguida, argumentaremos que a monumental crise sócio-ambiental em curso, que vem sendo gerada pela própria e insustentável expansão do sistema planetário capitalista, não necessariamente será “terminal” para ele. Podemos desenhar ao menos um possível cenário de “saída” da presente crise por analogia com o modo concreto pelo qual o capitalismo superou sua maior crise anterior: 1929, à qual, a nosso ver, os autores mencionados não dão o devido peso na geração da atual crise. Tal como na saída da crise de 29, o capitalismo poderá acionar – nos limites da crise em curso – estratégia dupla e simultânea: apelo a uma iniciativa “civilizadora” (dos anos 30 até os 60, o apelo a ingredientes socialistas de seu rival soviético; na atual crise, possível apelo a ingredientes “ambientalistas”) e apelo a uma iniciativa “bárbara” ou “anticivilizadora” (dos anos 30 em diante, o apelo ao complexo industrial-militar e a uma permanente

¹ Graduado em Geografia e em Ciências Sociais. Atualmente é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense (PGCA/ UFF/ Brasil). Contato: e-gui@ibest.com.br

² Professor Titular da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e Professor Colaborador (PGCA/ UFF/ Brasil). Contato: glauco@uenf.br

obsolescência programada da produção; na atual crise, possível apelo à necessidade de não apenas excluir boa parte da humanidade do círculo necessariamente restrito do estágio de hiper-consumismo predatório/poluidor, mas de recorrer a processos de eliminação de parte ao menos desse “resto”, que por motivos de sobrevivência terá de contribuir também – somando-se ao “centro” hiper-consumidor – para acelerar graves efeitos climáticos globais). Para evitar-se a possibilidade sequer de apelo a esta inédita “barbárie” há a alternativa – ainda difícil hoje – de uma mobilização em escala planetária dos trabalhadores via formulação teórica avançada que leve em conta os desdobramentos atuais das grandes contradições do capital, em particular, as imensas contradições sócio-econômicas envolvendo ambiente/energia.

Palavras-chave: capitalismo; teorias sistêmicas (complexidade); crise sócio-ambiental.

Introdução

A hipótese de uma possível crise terminal do capitalismo (que seus defensores já admitem estar em curso) e das suas características dominantes ocupa grande parte do pensamento e práxis marxistas contemporâneos.

Pretendendo discutir essa hipótese, partiremos de dois elementos da trajetória do capitalismo no séc. XX: suas duas principais respostas – articuladas entre si – à crise de 29. Primeiramente, a “*produção destrutiva*” (Mészáros, 2002), acrescida de nossa interpretação (Tostes, 2006) de certos efeitos desse potencial destrutivo e “anticivilizador” sobre a relação sociedade-natureza que se desdobram até hoje, particularmente as características eminentemente sócio-*ambientais* da presente crise em curso do capitalismo. Em segundo lugar uma resposta “civilizadora”: a incorporação pelo capitalismo de ingredientes político-econômicos do seu *rival soviético*, tal como descrita por autores como Hobsbawm (1995).

Analisaremos brevemente então, na segunda parte do trabalho, tendo como fundo a matriz histórica do parágrafo anterior, os argumentos de dois autores: o marxista húngaro István Mészáros e o socialista norte-americano Immanuel Wallerstein,

que defendem a tese (utilizando – ainda que de modo distinto – teoria *sistêmica* originária das ciências naturais)³ de que uma crise *terminal ou estrutural* já estaria instalada no sistema capitalista desde o início dos anos 70. Em suma, partindo-se da perspectiva marxiana de que, mercê das suas próprias contradições centrais, o capitalismo é *logicamente* insustentável no tempo, aqueles dois autores defendem que, *historicamente*, estariam dadas as condições-limite de vida de tal sistema.

Finalmente, colocaremos nossa posição, algo diferente de Mészáros e Wallerstein: a presente crise, embora assumindo proporções gigantescas, *não é ainda necessariamente terminal*. Nossa argumentação se apoiará em três pontos: a) nas duas respostas fundamentais do capitalismo à crise de 29; b) na convicção de que a presente crise em curso – diferentemente da crise de 29 – apresenta tendência crescentemente sócio-*ambiental*; c) na hipótese de que o capitalismo só tomará medidas para tentar efetivamente deslocar/dissipar efeitos danosos de tal crise ao seu metabolismo apenas no próprio *limite de saturação* da crise. Para sustentar a afirmação (b), em primeiro lugar assinalamos o destaque que Wallerstein e Mészáros vêm concedendo à questão ambiental na sua incorporação crescente à trajetória do sistema capitalista a partir do início do que eles definem como “crise terminal” de tal sistema – anos 70; em segundo lugar, destacamos o lugar central de tal questão na trajetória recente do capitalismo (2006-2008) e em projeções de tal trajetória para futuro próximo (2009-2012).

A partir de tal material delinearemos um cenário de possível saída do capitalismo em face da crise sócio-ambiental em curso, entendendo que mesmo que consiga sobreviver mediante tal (ou outra) saída, ele só fará realimentar/aprofundar inexoravelmente suas próprias contradições sistêmicas, particularmente sua contradição central capital/trabalho.

Forneceremos num último parágrafo um esboço de certas condições de alternativas possíveis de mudança na atual rota do sistema capitalista e da sua crise sócio-ambiental em curso, via mobilização/intervenção internacional da classe trabalhadora organizada e de sua – hoje necessária – interseção com movimentos sociais de amplos segmentos populares.

³ Trata-se de uma variedade de teoria sistêmica denominada de “ciência da complexidade” de Ilya Prigogine (1984), explicitamente utilizada por Wallerstein e, conforme demonstrado por Tostes (2007), implicitamente utilizada por Mészáros.

1. *As respostas capitalistas à crise de 29: produção destrutiva/planejamento estatal e suas consequências na relação sociedade-natureza*

Antes de analisarmos importantes inflexões do capitalismo no séc. XX, cabem alguns comentários acerca do início da modernidade ocidental. Tal modernidade – eurocêntrica – teve na separação cartesiana entre sociedade e natureza (SN), desde o início do séc. XVII, um dos seus aspectos culturais mais expressivos. O então nascente conceito de natureza como um “ser” neutro, objetivo, desprovido de qualquer projeto ou destino, numa palavra, totalmente isento de “contaminações antropomórficas” (Monod, 1977), tornou-se a matriz (supostamente) ontológica da “ciência moderna”, isto é, das *ciências naturais*.

A história da moderna relação SN, nos últimos duzentos anos, está por sua vez profundamente articulada à trajetória do sistema capitalista. De fato, conforme compreendido pelo próprio Marx em sua obra “O Capital”, o capitalismo dos primórdios da “revolução industrial” precisava sustentar – “astuciosamente” segundo Marx – aquela separação SN e a correspondente (em termos epistemológicos) “neutralidade” e dessacralização da ciência: os quadros do proletariado originalmente provinham do campo, onde velhas e medievais tradições religiosas/míticas dos camponeses referentes à natureza poderiam se tornar sérios empecilhos ao trabalho fabril que aos olhos daqueles mesmos camponeses implicaria numa “desrespeitosa” exploração de uma “sagrada natureza”. Adiante analisaremos importantes alterações na relação SN provocadas como efeitos da resposta capitalista à crise de 29.

Voltemos ao séc. XX. O sistema capitalista enfrentou a partir de 1929 uma crise de superprodução de proporções devastadoras. Duas grandes estratégias articuladas (Tostes, 2006) foram empregadas para o enfrentamento de tal crise e levaram a profundas inflexões na trajetória daquele sistema: uma estratégia “anticivilizadora” e outra “civilizadora”.

A primeira delas, “anticivilizadora”, é a inflexão da “*produção destrutiva*” (Mészáros, 2002). Trata-se, segundo este autor, de uma forte aceleração da “Taxa de Uso Decrescente” (TUD) na ponta do consumo de mercadorias: é a conhecida “obsolescência programada”, implementada inicialmente nos anos 30 via Complexo Industrial-Militar (CIM). Aqui temos um importante *deslocamento* (mas não resolução) das contradições geradas pela fase até então predominante do capitalismo, a fase de livre concorrência – particularmente o deslocamento das crises de superprodução e o

correspondente e ameaçador incremento no desemprego da classe trabalhadora – onde, “substituindo” o consumidor individual e suas problemáticas “flutuações subjetivas” (Rosa Luxemburgo, 1913), agora pontifica o “consumidor Estado”. Mészáros questiona assim o pretenso caráter unilateralmente civilizador e progressista da esfera produtivo-tecnológica no capitalismo. Porém, apesar de “anticivilizadora”, a utilização da TUD ajudou a *deslocar* o fantasma do desemprego dos anos 30 no período que vai dos anos 40 ao final dos anos 60. Posteriormente, nos anos 70 esgotou-se o “ciclo positivo” da TUD e ela passou a ser aplicada também à própria mercadoria trabalho, como veremos adiante. Já certos danos da produção destrutiva/TUD não se fizeram esperar, conforme passaremos a analisar.

A produção destrutiva capitalista, além do óbvio incremento na violência social (guerras “quentes” e “frias”, mundiais ou locais, via CIM), simultaneamente levou a aceleração brutal do consumo/desperdício de *recursos naturais/energia* (na ponta de produção) devido à mencionada descartabilidade acelerada (na ponta do consumo) e, concomitantemente, ao notável incremento de efeitos deletérios de *poluição ambiental, aquecimento global (efeito estufa ampliado pela via antrópica) e consequentes mudanças climáticas globais/lokais etc.* Em resumo, esta inflexão no capitalismo levou – na contramão da trajetória da modernidade ocidental, que *desarticulou* SN – a uma *rearticulação, anticivilizadora*, entre SN (Tostes, 2006), isto é, a uma tendência de profunda articulação planetária entre *violência social* e “*violência natural*” (ou “*violência ambiental*”: já estamos transitando livremente da relação sociedade-natureza para sociedade-*ambiente*). Aí está uma das raízes contemporâneas decisivas para o atual desdobramento de uma gigantesca crise sócio-*ambiental* na trajetória do sistema capitalista.

A segunda estratégia de escape da crise de 29, agora do tipo “civilizadora”, demonstrou uma enorme capacidade do sistema capitalista em absorver elementos danosos ao seu metabolismo, mas que temporariamente forneceram-lhe válvulas de escape à ameaça de extinção e que, certamente, ir-lhe-iam exigir um posterior acerto de contas com tais elementos danosos, uma vez afastada a ameaça maior. É justamente o caso da absorção capitalista de ingredientes político-econômicos de seu rival soviético, a saber: intervenção/planejamento estatal até políticas públicas de pleno emprego e de

educação/saúde/segurança, ao menos no “Primeiro Mundo” (Hobsbawm, 1995) e que, juntas, configuram o “Welfare State”.⁴

2. *Trajetória e crise terminal do capitalismo: Wallerstein e Mészáros*

Wallerstein (2004a) e Mészáros (2002) utilizam-se dos mesmos instrumentos de teoria sistêmica desenhada originalmente para as ciências naturais por Prigogine (1984) para descrever a trajetória do sistema capitalista até o presente, quando ambos julgam detectar uma crise terminal ou estrutural em curso desde o início dos anos 70.⁵ Em trabalho anterior (Tostes, 2007) procuramos mostrar que essa *específica* articulação entre ciências sociais e ciências naturais⁶ estava perfeitamente explicitada em Prigogine e mesmo em Wallerstein; contrariamente, em Mészáros, ela teve que ser detectada em certos pontos de sua obra de 2002 sem que esse autor fizesse a mínima referência à utilização daquela teoria sistêmica ou “ciência da complexidade” de Prigogine.⁶

Aqui já tomaremos um conjunto de conceitos ligados à ciência da complexidade como “naturais” no corpo das análises do capitalismo de Wallerstein e Mészáros, particularmente no contexto de tal teoria em que ambos defendem que a trajetória daquele sistema social estaria, agora, chegando ao seu fim. De passagem, notamos que já no item anterior usamos conceitos “complexos”, particularmente o conceito de “deslocamento”. Continuando a fazê-lo, resumiremos – para cada um desses autores – a trajetória do sistema capitalista com suas contradições intrínsecas/fundamentais (principalmente a contradição capital x trabalho), de efeitos cumulativos no longo prazo, e suas conseqüentes gerações de crises e respectivas “soluções” cíclicas ou de curto prazo (que efetivamente não resolvem jamais aquelas contradições nucleares mas simplesmente as *deslocam*, por exemplo, do “centro” para a “periferia” do sistema até que tais mecanismos “dissipadores” de crises se esgotem ou saturem, por exemplo, quando se alcançam os *limites* de exploração destrutiva dos recursos naturais/energia *planetários* e, por fim, uma crise terminal do sistema). Esse resumo da trajetória sistêmica capitalista em cada um dos dois autores será configurado de modo a facilitar

⁴ A rigor, combinando-se as duas estratégias de escape da crise de 1929, podemos falar em algo como “Warfare-Welfare-State”.

⁵ Wallerstein fala em *sistema-mundo* ou *economia-mundo capitalista*; Mészáros fala em *sistema do capital*.

⁶ Trata-se de uma *rearticulação* epistemológica – agora “civilizadora” – entre SN que começou a se desenhar no fim do séc. XX. Enviamos, portanto, o leitor a esse nosso trabalho de 2007 para os detalhes mais técnicos dessa articulação em Mészáros e Wallerstein.

comparação/contraste com nossa própria e posterior crítica daquela suposta “terminalidade inexorável”, por eles defendida.

Comecemos por Wallerstein (2004a). Nele, a “economia-mundo capitalista” (sistema-mundo que ao contrário dos impérios-mundo tem mais de um centro político) se desenvolveu nos últimos quinhentos anos a partir de ingredientes sistêmicos (permanentes) denominados de “tendências seculares”, principalmente a tendência (econômica) central de acumulação ilimitada de capital a partir de exploração de trabalho: estavam dadas as condições para a emergência de uma contradição cumulativa – e, *no limite*, insolúvel – capital x trabalho. Estas tendências levaram o sistema cada vez para mais longe do equilíbrio e, daí, aumentaram as chances de que instabilidades/flutuações originalmente pequenas ou “locais” (para as dimensões do sistema) – ao invés de serem facilmente compensáveis, quando o sistema ainda estava próximo do seu saudável equilíbrio original – pudessem se tornar suficientemente grandes a ponto de se espalharem incontrolavelmente por todo o sistema, levando-o a uma “crise terminal”, isto é, ao seu fim.⁷ Porém, ainda que tal desenlace sistêmico seja “inevitável” no tempo, ele pode ser retardado, levando a trajetórias sistêmicas de longo prazo. Assim, o sistema capitalista vem desde suas origens lançando mão de mecanismos de deslocamento/dissipação/inversão (nunca de plena resolução) de suas sucessivas crises político-econômicas. Para Wallerstein tais mecanismos são essencialmente agrupados dentro do que ele denomina de “ritmos cíclicos”, que se apresentam em duas grandes modalidades: sucessivos ciclos econômicos “curtos” tipo Kondratieff com fase econômica ascendente (A) e descendente (B) – com períodos invariavelmente menores que cem anos - e ciclos (políticos) hegemônicos de sucessivas potências ou Estados dentro de um sistema inter-estatal maior capitalista (nos últimos quatrocentos anos, sucessivamente: Holanda, Inglaterra, EUA) – com períodos que podem alcançar cem anos ou mais. Embora até aqui eficientes em debelar as crises periódicas do sistema, tais mecanismos não podem debelar as contradições associadas as “tendências seculares” do sistema: em particular, não conseguem eliminar a tendência irreversível (no longo prazo) de queda da taxa de lucros, na contramão da necessidade central do capitalismo de expansão ilimitada da acumulação. Paradoxalmente, os “avanços”/“progressos” (urbanização/industrialização, democratização/livre-mercado, colonialismo “civilizador”, progresso científico-

⁷ Aqui salta aos olhos a metáfora da “metástase” cancerígena, que na linguagem sistêmica corresponde à chamada “realimentação positiva” (*positive feedback*).

tecnológico de exploração da natureza, etc.) fomentados pelo sistema capitalista para sustentar aquela acumulação crescente (o que são capazes de fazer até certo ponto, deslocando obstáculos à tal acumulação), terminam por tender sistematicamente a frear a acumulação. Em termos de metáfora geométrica, usada por Wallerstein, a curva representativa da trajetória do sistema capitalista começa crescendo rapidamente (inclinação aguda) e continua crescendo com inclinações cada vez mais suaves (é uma curva chamada de “assintótica” pelos matemáticos, isto é, aproxima-se de um limite final onde acaba completamente o crescimento). Na teoria wallersteiniana do capitalismo esse limite e, portanto, a crise terminal do sistema, teria finalmente começado a ser alcançada no final dos anos 60, quando o principal sustentáculo ideológico do capitalismo – o liberal-centrismo e sua promessa de um futuro sempre melhor para as grandes massas, ideologia essa também compartilhada à esquerda com o leninismo – teria entrado em colapso a partir da “revolução (cultural) de 68” nos países centrais (Wallerstein, 1993). Segundo ele, uma vez plenamente desenvolvida a crise terminal (fim esse que ele projeta para algo em torno de 2050-2070), a trajetória do capitalismo será simplesmente extinta e daí começam a se desenvolver – na linguagem sistêmica de Prigogine – sucessivas *bifurcações* onde a opção por cada elemento do par de cada uma delas é imprevisível.⁸

Vejamos agora Mészáros, com sua análise marxista do capitalismo, também calcada em uma teoria sistêmica do tipo prigogineano (Tostes, 2007) em vários segmentos (mas não em todos) de sua monumental obra “Para além do capital” (original inglês 1995).⁹ O núcleo do pensamento crítico de Mészáros sobre o capitalismo talvez resida numa robusta comparação entre três fases do capitalismo, a saber: a) *fase I* – fase de *produção civilizadora*, que iria grosso modo da Revolução Industrial até os anos 20, onde a produção ainda atenderia progressiva e essencialmente, ao mesmo tempo à acumulação de capital (sua auto-reprodução) e às necessidades humanas (de acordo com Marx) e exigiria expansão planetária do círculo produção-consumo (ainda de acordo com Marx); b) *fase II* – desencadeada a partir da resposta do capital à crise de 29 e que se estenderia até o final dos anos 60 – da *produção destrutiva ou “anticivilizadora”* caracterizada por uma TUD *permanente* (não prevista por Marx) na ponta do consumo de mercadorias implementada inicialmente via CIM, com o Estado assumindo o papel

⁸ Adiante veremos que para Mészáros – de modo extremamente simples – a extinção da curva capitalista desaguará numa única e simples bifurcação: socialismo ou barbárie.

⁹ Lembremos que já existem elementos de tal teoria em Marx (Mészáros, 2002) e mais ainda em Engels (Branco de Moura et. al, 2007).

de “consumidor” de tal produção militar. Como ressaltamos, essa estratégia conseguiu *deslocar* (por um certo tempo e de modo original) uma gigantesca crise (ainda cíclica) de superprodução e um correspondente e ameaçador incremento no desemprego, conseguindo desse modo sustentar novos e impressionantes índices de acumulação e ao mesmo tempo conseguindo incluir (“globalizar”), no círculo produção-consumo, uma periferia em rápido processo de industrialização/urbanização nos anos 1950-60, até que esse ciclo positivo esgotou-se na sua trajetória acumulativa; c) *fase III – crise terminal ou sistêmica* – desencadeada a partir dos anos 70 e atualmente em curso – onde, para sustentar-se o processo de crescimento acumulativo e a taxa de lucros, a mesma produção destrutiva, calcada na TUD e inovadoramente aplicada na fase II para salvar o emprego agora volta-se *contra* ele, ou seja, é aplicada agora também à própria mercadoria trabalho. Mais especificamente, segundo Mészáros, para manter a sua auto-reprodução capitalista, delinear-se-ia uma etapa (final) de restrição (também não prevista por Marx) à própria expansão geográfica do círculo produção-consumo, excluindo-se dele camadas crescentes de trabalhadores (tanto como produtor, como na condição de consumidor, dois aspectos indissociáveis e crescentemente/mortalmente contraditórios do fator trabalho no capitalismo) da periferia e mesmo do centro. Sendo assim, agora o capital vai preferir ampliar ou acelerar a velocidade de trocas dentro de um círculo já dado ao invés de – como antes – preferir arriscar-se a ampliar o próprio círculo; assim, com a produção destrutiva aplicada à própria mercadoria *trabalho*, com o aprofundamento articulado – articulado a essa destruição de trabalho – da crise *ecológica* e com mais outros dois ingredientes, todos os quatro articulados entre si, ativam-se, segundo Mészáros (2002), os até então latentes *limites absolutos do capital* e o conseqüente desencadear-se de sua crise *terminal*. Essa crise, por sua vez, levará a completa extinção da “curva” ou trajetória do capitalismo, desaguando-se então numa única e simples bifurcação sistêmica não determinista, tipicamente prigogineana: socialismo ou barbárie.

Pergunta-se: fornecerá Mészáros, tal com já vimos acontecer com Wallerstein, alguma previsível característica da trajetória desta crise “terminal”, mesmo afirmando que seu clímax – entre socialismo ou barbárie – é imprevisível? Sim, ele o faz, mas de modo algo oscilante (portanto involuntário) entre duas alternativas de trajetória da crise, como discutiremos agora. A primeira alternativa, já constante em pequeno texto (Mészáros, 1989), cuja publicação deve ter-se dado entre 1983-84 e depois literalmente transportada para parte do cap. 15 e para todo o cap. 16 de *Para além do capital* (2002),

prevê que ao contrário de todas as convulsivas crises anteriores, a crise final será uma lenta e contínua decaída (*continuum depresso*). Ao mesmo tempo, em várias outras partes da mesma obra (certamente faltou aqui maior cuidado editorial), escritos a partir do fim dos anos 80/início dos 90, ele parece adotar uma perspectiva mais *sistêmica* de crise terminal: no par dialeticamente articulado dos momentos de equilíbrio/desequilíbrio ao longo da trajetória capitalista, Marx aponta claramente que no limite a fatal tendência ao *desequilíbrio* prevalecerá. Pois bem, quando Mészáros adota no texto de 2002 uma perspectiva sistêmica semelhante à de Prigogine/Wallerstein, aquela fatal tendência se desenvolve através de uma trajetória de *longa duração* que transporta o sistema capitalista *para cada vez mais longe do seu saudável equilíbrio original* (esta tendência predominará apesar, como reconhece Mészáros, de todas as oscilações ao longo dessa trajetória, onde, em processos bem sucedidos de deslocar/dissipar crises cíclicas, pode-se até, local ou momentaneamente, *inverter-se* o processo em favor do momento do equilíbrio, ou, numa linguagem sistêmica mais rigorosa, em favor de uma certa estabilidade – dinâmica – ainda que cada vez mais afastada e qualitativamente diferente do “equilíbrio primitivo”. Ora, nesse caso, quando a tendência ao desequilíbrio finalmente predominar, sem mais válvulas de escape que o dissipem/desloquem, pequenas perturbações/flutuações poderão ser enormemente amplificadas, gerando uma trajetória final *caótica/incontrolável* que muito dificilmente se coadunaria com uma trajetória de queda final previsível do capitalismo, por Mészáros em 1983-84, como sendo linear, contínua (sem grandes saltos) e lenta. De fato, Mészáros nos mencionados trechos mais recentes (2002), abre novamente a possibilidade de *grandes convulsões* também nessa queda ou crise “final”, mesmo que ele ainda pareça tentar combinar as duas alternativas (depressão lenta e convulsões).

Abramos um parêntesis e tentemos relacionar características das trajetórias capitalistas sistêmicas de longa duração de Wallerstein e Mészáros vistas acima com certos desdobramentos político-econômicos da presente década e – temerariamente – com a presente crise “financeira” de 2007-2008 ainda em curso, mesmo sabendo que se decidirmos partir de eventos de período *tão curto* e ainda *muito recentes ou até em andamento*, para tentar “encaixá-los” naquelas tendências seculares ou de longo prazo, pouco mais se poderá fazer do que conjeturar sobre caminhos alternativos para aqueles mesmos eventos dentro das longas tendências:

a) Em meados dos 90, Wallerstein (1995) previu – apesar de defender o caráter terminal da longa crise em curso desde os anos 70 – lugar para pelo menos mais um ciclo A (Kondratieff) de crescimento *sistêmico* mundial no início do séc. XXI: de fato, alavancado pela China (ainda que profundamente articulado ao monstruoso déficit externo norte-americano: Carneiro e Biancareli, 2008), esse ciclo aconteceu aproximadamente no período 2003-2007 – apesar de fortes incrementos no preço do petróleo – e dá agora sinais de arrefecimento e talvez mesmo de inversão. Uma primeira reflexão sobre tal ciclo A: ele tende a questionar a previsão de Mészáros (de 1983-84) acerca de uma monótona trajetória final de lenta e contínua depressão do capitalismo. Segunda reflexão: tal ciclo poderia ser previsível com base no fato de China e Índia ainda possuírem as últimas grandes reservas planetárias de oferta de trabalho “barato” – portanto, uma última e imensa válvula de escape para *deslocamento* de crises do capitalismo via exploração de trabalho – nos seus ainda imensos contingentes rurais sustentando a *tendência* à urbanização desde meados do séc. XX.

b) Wallerstein vem defendendo desde os 80 (ver, por exemplo, “O declínio do poder americano”, 2004b) que a hegemonia norte-americana (sucedendo a hegemonia anterior britânica no conflitante sistema de estados ou potências capitalistas, desde a primeira metade do séc. XX) vem paulatinamente declinando (declínio *relativo*), levando a um arranjo político mundial multipolar; Mészáros (2002) não concorda com tal declínio e ainda considera que a partir do início da crise terminal do capitalismo, os EUA se consolidaram como única potência dominante da “3^a fase do imperialismo: o imperialismo global hegemônico” (Mészáros, 2007). Pergunta: a recente crise financeira que começou a se instalar no coração da maior potência do planeta desde 2007 não parece confirmar essa *tendência* específica de declínio? Ou ela seria, ao menos em larga parte, uma *flutuação*, mero fruto da desastrada “era Bush”? Uma voz totalmente inesperada veio se juntar à *primeira* opção (wallersteiniana) em meados de setembro de 2008: Thomas Fingar (2008), presidente do Conselho Nacional de Inteligência dos EUA. Ele pondera que “a dominação americana será muito reduzida (até 2025). A esmagadora dominância que os EUA desfrutaram no sistema internacional nas áreas militar, política e econômica e, discutivelmente, na área cultural está erodindo e vai erodir num passo acelerado, com a exceção parcial do setor militar”.

c) nessa crise financeira dos EUA em curso tem-se discutido um (aparentemente inédito) *relativo* descolamento da periferia face a tal crise central, o que na linguagem sistemática “fecharia” – em parte ao menos – as válvulas de certos mecanismos de

deslocamento de crises centrais, principalmente aquele mecanismo realizado através da exportação de tais crises para a periferia (como aconteceu, por exemplo, no início dos 80 com a “crise da dívida” em certos países, como o Brasil). Até onde aquele deslocamento configura uma firme *tendência* ou uma simples *flutuação*? Por outro lado, esse quadro é na realidade mais complexo: os países periféricos não sentem igualmente os efeitos da presente crise central (Sader, 2008; Carneiro e Biancareli, 2008). Esse detalhe parece dar fundamento à sofisticada teoria (sistêmica) da dependência de Wallerstein, onde, além de centro e periferia, temos também uma *semi*-periferia.

d) Alardeia-se que o recente socorro do Estado americano a instituições do mercado financeiro estaria rompendo de modo algo abrupto com a economia do “livre mercado” (a economia do ciclo “neoliberal” dos últimos cerca de trinta anos). O conhecimento mais profundo da trajetória da locomotiva capitalista no séc. XX mostra não apenas uma simples oscilação periódica (“ritmo cíclico” em Wallerstein, como vimos acima) entre predomínio ora do livre mercado, ora da intervenção estatal, no capitalismo. Após as suas estratégias de enfrentamento da crise de 29 – o que vimos há pouco – o “livre mercado” *strictu sensu* certamente deixou de existir, ao menos do ângulo do CIM e dos grandes monopólios e empresas transnacionais, mesmo na “era Reagan-Tatcher” (anos 80). A “profecia” de Marx, com seu par dialético de momentos “livre concorrência/monopólio” e com a prevista predominância “em última instância” do momento monopolista (“tendência secular” sistêmica do capitalismo, na linguagem de Wallerstein, tal como foi visto acima), parece chegar a seu termo, através da “mão visível do Estado”. Tanto para sustentação do CIM como para sustentação da tendência monopolista, o capitalismo não passa mais sem o Estado.

e) finalmente, abrindo para uma grave questão de longo prazo, queremos discutir a (possível) *tendência* da crescente importância, para o capitalismo, da questão *ambiental*, partindo-se da presente década. Preferimos inserir a discussão de tal questão dentro da esfera maior do próximo e último item.

3. Cenário de possível saída do capitalismo nos limites de saturação da crise sócio-ambiental em curso

Partiremos, para a construção de tal cenário:

a) de duas respostas articuladas – já discutidas no item 1 – do capitalismo à crise de 29, sendo que uma delas acelerou fortemente a destruição de recursos

naturais/energia, começando então o capitalismo, desde os anos 30, a articular profundamente destruições social e ambiental e a incorporar tal articulação na sua longa trajetória acumulativa;

b) da análise do presente estágio da crise (crescentemente) sócio-ambiental em curso no capitalismo, avaliando-se seu percurso ao longo dos três últimos anos da presente década e fazendo projeções preliminares de curto prazo do seu curso até o início da próxima década, mais especificamente, os próximos três a quatro anos.

Com esses elementos poderemos finalmente desenhar – eis o objetivo central deste item 3 – um cenário de saída capitalista de tal crise, adicionando-se uma hipótese, a nosso ver, razoável, levando-se em conta a história ou trajetória do capitalismo:

c) a locomotiva planetária capitalista só vai tentar superar verdadeiramente essa gigantesca crise sócio-ambiental, em curso, próximo do limite de saturação da própria crise. Ora, isto só faz aumentar as *chances* de que tal crise seja realmente terminal (como vimos, Wallerstein e Mészáros defendem que tal crise será necessariamente terminal), mas *não* sua certeza.

Como já varremos o item (a) acima no item 1 do presente texto, iremos direto para (b). Preliminarmente à abordagem específica do item (b), ressaltamos que tanto Wallerstein, como Mészáros, já desde os anos 90, vêm considerando a questão ambiental como um novo e poderoso fator contemporâneo contribuindo para a inexorável *tendência secular* da queda da taxa de lucros do capitalismo. Particularmente em Mészáros (2002), a questão ambiental é um dos quatro limites absolutos – *já ativados* – do capital, conforme assinalamos acima. Outrossim, desde o final dos 80, diversos autores vêm “ecologizando” a análise da economia-mundo capitalista de Wallerstein (Goldfrank et al., 1997; Hornborg et al., 2007): a porta de entrada, nesses autores, para um lugar *central* da questão ecológica na trajetória (wallersteiniana) atual do sistema capitalista tem sido uma certa variedade de teoria da dependência, embutida por Wallerstein, naquela sua grande análise sistêmica; mais especificamente, tal variedade está centrada na questão das trocas desiguais centro-periferia.

Entrando explicitamente no tema do item (b), podemos detectar nos anos 2006-2007 uma crescente preocupação com a questão ambiental dentro do sistema capitalista através dos seguintes sinais:

b.1) Uma bizarra inflexão do governo Bush – com os seus conhecidos e fortíssimos laços com a indústria petrolífera – em relação à questão do “aquecimento global” (influência antrópica, via emissão industrial de “gases estufa”, no aumento

paulatino da temperatura do planeta nos últimos duzentos anos); a partir de 2006, tal governo sai de sua posição francamente adversa (inclusive obstaculizando a livre divulgação científica no assunto) à posição ambientalista nesse tema.

b.2) Ainda no final de 2006 vem a luz o famoso “Relatório Stern” (2007) , patrocinado pelo governo Blair: neste relatório, chefiado por Nicolas Stern, ex-vice presidente do Banco Mundial, ocorre um exercício até então bastante ausente nas grandes economias capitalistas: uma profunda articulação *Economia-Ecologia (EE)*, onde Stern confronta, de um lado, a tradicional tendência histórica capitalista de “externalização” dos custos da degradação industrial do ambiente – que segundo ele tem altas probabilidades de provocar em breve futuro uma monumental recessão econômica – e, de outro, propostas de programados investimentos dos países centrais (a custos bem menores que o daquela recessão; leia-se, em termos marxistas: a custos que não debilitem ainda mais o aumento das taxas de lucro) ao menos voltados à uma (suposta) “mitigação” (*sic*) dos prejuízos e danos que as mudanças climáticas (provocadas pelo aquecimento global) quase que certamente provocarão nas populações dos países mais pobres.

b.3) Não menos importante em 2006 foi filme/livro “A verdade inconveniente” do ex-vice presidente americano, Al Gore (2006). Apesar de estar a serviço de um marketing descarado de Gore e de suas ligações com grupos interessados no mercado da aplicação de processos envolvendo energias renováveis, propiciou uma grande ampliação midiática na divulgação da posição ambientalista quanto a questão do aquecimento global, com sérias advertências contra os custos da inação do sistema econômico (principalmente do governo Bush), nos mesmos moldes alarmantes do “Relatório Stern” acima (b.2).

b.4) Finalmente, no primeiro semestre de 2007, vem a luz o IV Relatório do IPCC (em português: “Painel inter-governamental de mudanças climáticas”, da ONU, 2007), onde estiveram envolvidos cerca de 2500 cientistas de todo o mundo (inclusive cerca de dez brasileiros). Mesmo levando-se em conta que a redação do Relatório foi fortemente influenciada politicamente pelos governos envolvidos, esse documento foi um marco notável e irreversível quanto as ameaças severas à sua própria *sustentabilidade* que o sistema produtivo capitalista terá que – possivelmente – enfrentar ao longo do séc. XXI se persistir na tradicional “externalização” de custos ambientais acima mencionada. Ressalte-se também aqui a recentíssima intervenção de Fingar (2008), Presidente do Conselho de Inteligência dos EUA: “...fizemos uma

avaliação nacional de inteligência dos efeitos geopolíticos da mudanças climáticas. Olhamos até 2030 [...]. Um dos pontos a ressaltar é que nada que seja feito de agora até 2030 mudará o impacto da mudança climática até 2030 [...]. Haverá mudanças no nível do mar, na temperatura, no impacto na agricultura, na disponibilidade de água, no degelo no Ártico, aumentando recursos em alguns locais e reduzindo em outros. O que podemos fazer é nos preparar para mitigar esse impacto”.

Porém, apesar de todos estes poderosos sinais acima, a partir de meados de 2007, essa ascensão ambientalista experimenta um relativo retrocesso: é a crise econômica norte-americana que começa e vai daí então – até o presente – “abafar” o que parecia uma crescente pressão (ao menos de populações dos países centrais) por crescentes investimentos ambientalistas dos grandes governos capitalistas.

Passemos agora às perspectivas/tendências futuras, no curto prazo, dessa relação EE no capitalismo, isto é, da possível retomada/sustentação do breve ciclo de “capitalismo ambientalista” de 2006-2007. Aqui só podemos conjutar a partir do nosso patamar de dados do presente tal como desenhado no parágrafo anterior, até, no máximo 2012.

b.5) Em 2011 teremos – certamente – o V Relatório do IPCC e em 2012 deveria, em tese, estar iniciando um novo Tratado, no lugar de Kyoto, sobre programa de corte de emissões de gases estufa, desta vez – ao contrário de Kyoto – quase que certamente envolvendo países periféricos como China, Índia e Brasil. Temos então aí duas balizas relativamente garantidas para uma possível retomada, cíclica, de uma fase “positiva”, do “capitalismo ambientalista”, nos moldes daquela de 2006-2007, dentro da presumida tendência maior de articulação EE.

b.6) Porém, existe o imponderável: o curso de efeitos climáticos daqui até 2012 poderá acelerar aquela retomada.

b.7) Outro fator imponderável, esse na contramão da mesma retomada, é o curso da presente crise do sistema financeiro americano e sua (possível) expansão para os outros países centrais e para a periferia, exacerbando crises de alimento/energia em ao menos parte da periferia.

b.8) Quanto aos três mencionados países periféricos (China, Índia, Brasil), é de se presumir que até 2012, ou declarada ou disfarçadamente, avancem seus projetos de desenvolvimento econômico sem efetivamente cuidarem dos seus atuais índices de emissão de gases estufa, o que provavelmente contribuirá para acelerar/exacerbar certos efeitos climáticos danosos, inclusive para seus próprios povos, e ao mesmo tempo,

ironicamente, poderá contribuir – circularmente, agindo de volta sobre sua causa – para acelerar uma retomada de um novo ciclo “ambientalista” nos moldes de 2006-2007.

Pergunta-se então: essa articulação capitalista EE – que sinaliza para a ameaça de uma possível e gigantesca crise sócio-ambiental sistêmica ao longo de séc. XXI e para uma consequente “internalização” de custos da destruição ambiental ao longo do mesmo século – configura uma clara e estável *tendência* sistêmica capitalista (apesar de oscilações *cíclicas*, como seria essa “momentânea” preocupação com uma crise “apenas” econômica) daqui em diante ou o capitalismo insistirá – como de costume – apenas no enfrentamento de problemas e crises no curto prazo, lançando mão no máximo de uma “internalização” cosmética de certos custos da degradação ambiental, mesmo, como diz Mészáros, que isso custe a própria sobrevivência não só do capitalismo como da própria humanidade? Nossa hipótese (c) acima aponta claramente para a segunda e irresponsável opção, mas com uma diferença crucial face a hipótese de crise *necessariamente* terminal do capitalismo de Mészáros e Wallerstein: “a beira do abismo” – tal como respondeu à crise de 29 – o capitalismo *poderá* recorrer a determinadas saídas, que *dependendo do estágio ou grau de degradação social-ambiental então atingido* (grau esse que no presente momento é impossível prever), *poderão* lhe dar uma sobre-vida para além da presente crise. O que vamos apresentar em seguida é um desses possíveis cenários de saída, objetivo central deste item 3.

Repetindo, o cenário será construído a partir:

- a) das duas respostas articuladas do capitalismo *à crise de 29* (ver item 1) (de passagem, é nossa posição que Mészáros e Wallerstein não dão o devido peso à tal saída da crise de 29 na trajetória do capitalismo, desde os 30 até o seu presente estágio);
- b) do caráter *crescentemente* sócio-ambiental da crise em curso (admitida começada no início dos 70), caráter esse enfatizado acima (neste item 3) no período recente 2006-2008 e em projeções/desdobramentos possíveis desse mesmo período, até 2012;
- c) da hipótese de que o sistema capitalista só vai tentar superar realmente tal crise sócio-ambiental próximo do *limite* de saturação da própria crise.

O principal ponto do cenário é admitir-se o recurso a uma estratégia dupla, com os seus dois termos devidamente articulados, e análoga (não idêntica) à estratégia de saída da crise de 29:

- 1) iniciativa “civilizadora”:

Por analogia com a iniciativa civilizadora de saída de 29 (absorção sistêmica de ingredientes socialistas do rival soviético), teremos, no limite de saturação da atual crise, a possível absorção sistêmica (via intervenção do Estado) de ingredientes *ambientalistas* (*ou até mesmo ecossocialistas*), que – também tal e qual os ingredientes socialistas – terão que, depois de deslocada a ameaça maior de extinção do próprio sistema, ser em parte ao menos eliminados do metabolismo sistêmico, pois que naturalmente são também – tal como os ingredientes socialistas – *irracionais do ponto de vista da acumulação de capital privado*, pela provavelmente pesada “internalização” de custos da degradação industrial do ambiente recaindo sobre os capitalistas. Isto quer dizer que parte ao menos dos benefícios sócio-ambientais inicialmente trazidos por medidas ambientalistas, serão posteriormente eliminados, naturalmente sob a justificação de que a fórmula (hoje preferida pelo presidente Bush) “novas tecnologias (progresso) + mercado” acabará prescindindo daquelas medidas que *bloqueiam* as válvulas da acumulação capitalista.

2) iniciativa “anticivilizadora”:

Também por analogia com a iniciativa anticivilizadora da saída de 29 (apelo ao CIM e a uma permanente obsolescência programada da produção), teremos dessa vez, no limite de saturação da atual crise, o possível recurso não apenas à exclusão de boa parte da humanidade do círculo agora *necessariamente* restrito do estágio de hiper-consumismo predatório/poluidor (só temos ainda apenas *uma* terra), mas também o possível recurso a processos de *eliminação* de parte ao menos dessa periferia, que por motivos de pura sobrevivência contribuirá também – somando-se ao centro hiper-consumidor – para acelerar graves efeitos climáticos globais. Em suma, uma (possível) postura de inédita *barbárie* contra uma periferia “improdutiva/poluidora”.

Ficou insinuado tanto na análise 2006-2008 quanto nas projeções 2009-2012, acima, que as oscilações e respectivas retomadas de ciclos de “capitalismo ambientalista”, como o pequeno ciclo 2006-2007, ainda que muito breves e modestos, dependem crucialmente de mobilização popular. Por isto mesmo teremos que considerar agora, no final do trabalho, as possibilidades de mobilização/intervenção da classe trabalhadora a partir do *presente* e complexo estágio da trajetória do sistema capitalista que viemos descrevendo ao longo de todo esse item 3 e que abre para cenário com inéditas possibilidades de barbárie.

Para melhor compreendermos o *atual* estágio de mobilização da classe trabalhadora, devemos recuar aos *dois* estágios do processo revolucionário de derrubada

do capitalismo em Marx. O primeiro estágio, constante do “18 Brumário de Luis Bonaparte” de 1852 (Marx, 1997), é a perspectiva de longo prazo de uma revolução ainda distante. Aí podemos ter – e esse é, aliás, o clima “pessimista” dominante nesta obra de Marx – uma classe trabalhadora bastante suscetível de derrotas e recuos dentro de uma conjuntura de classes/partidos políticos bem complexa. Em suma, temos aí como que uma *inversão* do dinamismo revolucionário de classe. Esse parece ser o momento *atualmente* atravessado por tal trajetória de classe. Aqui se tornam necessárias medidas como paciente formação de quadros para futuros embates, bem como certas alianças – nesse presente – com movimentos/partidos, estabelecidos ou em construção, que embora envolvam trabalhadores não possuem, na maioria dos casos, sua organização de classe (movimentos de sem-trabalho, sem-teto, sem-terra; movimentos contra discriminações de etnias, de mulheres e de homossexuais; movimentos estudantis etc.) Outrossim, nessa perspectiva de classe do Marx de 1852 – onde ele trabalha inclusive com o conceito de classe *média* - há certa interseção com o alargamento do conceito de luta de classes inspirado em Gramsci, nos seus marxismos “ocidental” e “oriental” na Europa dos anos 30, onde no “primeiro marxismo” incluem-se vastos contingentes de *trabalhadores* da chamada “pequena burguesia” recrutados junto a funcionários públicos, professores e outros setores de “serviços” (lembremos que os próprios Marx e Engels foram recrutados dessa pequeno-burguesia). E é nesse “clima pessimista de 1852” que hoje se enquadram as organizações efetivas da classe trabalhadora e a necessidade de se fazer frente aos desdobramentos e consequências da monumental crise sócio-ambiental em curso sob o comando do capitalismo, que não vai “destruir a humanidade” como se se tratasse de um todo homogêneo, mas sim destruir vastas camadas justamente de trabalhadores, principalmente pertencentes à periferia. E a classe trabalhadora organizada terá – no presente – necessariamente que tentar formar uma aliança ou “frente ampla” internacional, *contra* a hegemonia capitalista, que envolva também – repetimos – movimentos sociais, que por sua vez também estão/serão duramente castigados pelo andar da presente crise sócio-ambiental. Enfatizamos que mesmo nesse estágio preliminar se faz necessária, parafraseando Lênin, uma “formulação teórica avançada” de um programa de lutas: assim se, por exemplo, deixar-se esquecido o componente *ambiental* crescente da crise de quase quatro décadas em curso, tal frente ficaria presa apenas às formulações de enfrentamento das grandes contradições *passadas* do capitalismo. Em síntese, apenas uma aliança ainda *negativa* ou “*contra*” é possível hoje, não aliança por um projeto (*positivo*) de sociedade

socialista. Este horizonte de convergência rumo a um projeto positivo corresponderia mais ao segundo e último estágio revolucionário, agora do Marx do “Manifesto Comunista” (1998) de 1848: a revolução madura e o fim efetivo da trajetória sistêmica capitalista.

Referências bibliográficas

Branco de Moura, M.C.; Ferreira, M.; Moreno, R. *Friedrich Engels e a ciência contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2007.

Carneiro, R. e Biancareli, A. “Impactos e Oportunidades”. In: *Le Monde Diplomatique*, Brasil. 14, 6-7 (2008).

Fingar, T. <http://noticias.uol.com.br/fernandorodrigues/docs.jhtm> (2008).

Gore, Al. *Uma verdade inconveniente*. São Paulo: Manole, 2006.

Goldfrank, W.L.; Goodman, D.; Szasz, A. *Ecology and the World-System*. Westport: Greenwood Press, 1999.

Hobsbawm, E. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

Hornborg, A.; McNeill, J. R.; Martinez-Alier, J. *Rethinking History and Global Environmental Change*. NY: Altamira Press, 2007.

IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima), *Sumário para formuladores de Política*, Grupo de Trabalho III, Bancoc, Tailândia, 2007.

Luxemburgo, R. 1913; cit. Mészáros, 2002.

Marx, K. “O 18 Brumário de Luis Bonaparte”. In: _____. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Paz e Terra: RJ, 1997.

Marx, K. e Engels, F. *O Manifesto Comunista*. Paz e Terra: RJ, 1998.

Mészáros, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico: socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *Produção destrutiva e estado capitalista*. São Paulo: Ensaio, 1989.

Monod, J. *O acaso e a necessidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

Prigogine, I. *A nova aliança*. Brasília: UnB, 1984.

Sader, E. “Desequilíbrios estruturais do capitalismo atual”. *Le Monde Diplomatique*, Brasil. 14, 4-5 (2008).

Stern Review. “The economics of climate change” (2006).

www.hm-treasury.gov.uk/independent_reviews/stern.

Tostes, J.G.R. “Capitalismo no séc. XX: aspectos civilizadores e anti-civilizadores”. In: Carvalho e Silva, J.A. *Estresse no trabalho: machismo e papel da mulher*. Niterói: Muiraquitã, 2006.

_____. “Crise no capitalismo e ciência da complexidade”. *V Colóquio Internacional Marx e Engels*, Unicamp, 2007 (dvd).

Wallerstein, I. *After liberalism*. New York: The New Press, 1995.

_____. *O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004b.

_____. “O conceito de desenvolvimento nacional”. In: RIBEIRO, Darcy. *Carta’ & falas, reflexões, memórias/ informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro*. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1993.

_____. *World-systems analysis: an introduction*. Durhan: Duke UP, 2004a.